

Património Edificado - a Autenticidade da Memória

Catarina Antunes
arquitecta

Numa época em que as constantes transformações da sociedade ameaçam o desaparecimento das referências que garantem a entidade cultural de uma Civilização, suscitam-se perplexidades e dúvidas quanto à forma de actuar sobre a nossa herança cultural. Se analisarmos a essência da nossa existência é, sem dúvida, a memória que prolonga irreversivelmente o passado no presente. Penso que é legítimo acreditar que o que fazemos depende do que somos, e, até certo ponto, o que fazemos é o que somos. Se compararmos este conceito com o Património construído, da cidade e da sua arquitectura, por força da sua própria essência matérica e funcional, a sua existência reflecte o espírito da criação do autor, a partir do momento em que inicia o seu percurso no Tempo.

O acto de intervir em defesa desse Património, implica um somatório de inúmeros esforços para responder às exigências que o mundo moderno nos impõe, e, sobretudo, não pode degenerar numa evolução que, partindo de uma ideia humanista, acabe por redundar em fundamentalismo, mesmo que com base na intenção de preservar cada identidade cultural. Em todo o caso, e em virtude desta mudança, as reflexões que vêm sendo produzidas, parecem consolidar o princípio de que a salvaguarda da herança dos valores patrimoniais a uma escala planetária assenta no reconhecimento do relativismo cultural.

Com a elaboração da “Carta de Nara”, na prossecução da Conferência sobre Autenticidade realizada em Novembro de 1994 no Japão, adivinha-se a vontade de organizar uma escala de verificação de atributos para reflectir a propósito das finalidades da Autenticidade do Património Construído e método de actuação no mesmo. No entanto, a aplicabilidade deste conjunto de critérios técnicos e organizativos, preliminarmente incertos e moderadamente imprecisos, são susceptíveis de uma análise objectiva da legitimidade de alguns dos seus componentes, confrontando-os com outros fundamentos que poderão estar implícitos na sua identidade. Por isso, é necessário atentar que os testemunhos actuais da história das cidades são marcados por sucessivas interpretações e reinterpretações, havendo muito poucos exemplos que se possam identificar pela excelência de um único criador. O Tempo é de facto o grande escultor da História.

Quando se trata de intervir para além da estrita conservação, será peremptório reflectir na jurisdição que um edifício ou conjunto arquitectónico promove ao longo dos séculos, e insistir para que a sua imagem e índole não estagnem em relação ao futuro, caindo possivelmente na negação do valor do continuado processo de sedimentação. Deste modo, a reabilitação do Património tem de ser encarada em primeiro lugar, como um exercício, devendo a intervenção concentrar-se nos elementos do presente, ainda que por vezes seja difícil desassociar a recusa da sua morte. Não perdendo a postura ajustada do nosso dever de salvaguardar a memória comum, tendo como objectivo a busca simultânea do valor do património e dos instrumentos de intervenção, a Autenticidade no modo de actuar é o caminho a percorrer. No entanto, torna difícil a criação de teorias e métodos de intervenção globalizadores, visto não ser perceptível a existência de paradigmas universalmente dominantes dada a diversidade cultural. “Todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem (...) podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro da mesma cultura, não sendo portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos...” (Art.º 11º da Carta de Nara), sem nunca esquecer que cada época tem a sua arte e que cada arte tem a sua liberdade. Da interacção entre responsabilidade e liberdade, resultará a ajustada actuação, tendo em vista que para a preservação do Património interessa acima de tudo – agir! A protecção do património deve ser certamente conservativa e não conservadora.

Os documentos teóricos produzidos e adoptados internacionalmente, e nomeadamente a “Carta de Nara”, revelam o enquadramento capaz para se operar, consciente e responsabilmente, em liberdade, assegurando as condições para minimizar eventuais erros.

É este o caminho que nos conduzirá, em cada momento, ao cerne próprio da autenticidade da memória, reconhecendo a liberdade criadora que se constata em todos os momentos que constituem Património, assim determinados em função da razão histórica que nos identifica colectivamente, porque “o património cultural de cada um, é o património cultural de todos”.

Lisboa, 5 de Agosto de 2003